

POLÍTICA

politica@gruposatarde.com.br

ENTREVISTA **Maia diz que Doria pode ser um ótimo candidato a presidente**

www.atarde.com.br/politica

DERROTA Na prática, governo não se empenhou para que o colegiado ficasse na pasta do ex-juiz

Comissão tira Coaf de Moro e órgão volta para o ministério da Economia

VERA ROSA, CAMILA TURTELLI, DANIEL WETERMAN E BRENO PIRES
Estádio Conteúdo, Brasília

O governo lavou as mãos e permitiu que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, sofresse ontem nova derrota no Congresso. Em um primeiro movimento, a comissão mista do Congresso que analisa a medida provisória da reforma administrativa tirou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) da pasta de Moro e o devolveu para o Ministério da Economia. Logo depois, o titular da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, telefonou para líderes do PSL e do Novo, pedindo que eles aprovassem logo a MP no plenário da Câmara, mas sofreu um revés e a votação foi adiada.

Embora o discurso do Palácio do Planalto tenha sido o de que a manutenção do Coaf na Justiça era prioritária para o combate à corrupção, na prática o governo não se empenhou para que o colegiado ficasse sob o guarda-chuva de Moro, ex-juiz da Lava Jato. Sem votos no Congresso, o Planalto preferiu fazer acordo com o Centrão e também com a oposição, na tentativa de salvar o novo desenho da Esplanada dos Ministérios, previsto na MP 870.

O problema é que, apesar do acordo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se irritou com



Comissão que analisa a MP da reforma administrativa impôs derrotas ao governo

uma questão de ordem apresentada em plenário pelo deputado Diego Garcia (Pod-PR) e encerrou a sessão sem votar a MP, contrariando o Planalto.

Tensão

Garcia chamou Maia de "desleal" e defendeu a manutenção do Coaf com Moro. "As medidas provisórias devem ser apreciadas seguindo a ordem de trancamento

da pauta. Não pode o presidente (da Câmara) se valer desse momento. Isso é desleal com o Parlamento e com os parlamentares desta Casa", disse o deputado.

Maia reagiu com nervosismo. "Nunca fui desleal, e agora, Vossa Excelência acabou de derrubar a MP 870. Vou ler todas as MPs e todas serão votadas antes da 870. Vossa Excelência será responsável pela retirada do Coaf do Ministério da Justiça", afirmou ele. Há cinco medidas provisórias na "fila" para votação na Câmara que, pelo regimento da Casa, deveriam ser apreciadas antes. Porém, era possível inverter a pauta.

A preocupação do Planalto é porque a MP 870 caduca em 6 de junho e, se não for aprovada até lá, todas as fusões de pastas feitas até agora serão desmanchadas. Apesar de o governo não ter agido para

seguir o Coaf com Moro, Bolsonaro disse ontem esperar que a mudança seja revertida pelo Congresso. "Espero que o plenário da Câmara e do Senado mantenham o Coaf no Ministério da Justiça porque é um instrumento muito importante para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro", afirmou o presidente em transmissão ao vivo pelo Facebook.

Além de decidir, por 14 votos a 11, devolver o Coaf à equipe econômica, a comissão mista do Congresso também resolveu transferir o comando da Fundação Nacional do Índio (Funai), hoje com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para Moro.

Falha

Para Moro, o governo falhou na articulação para aprovar a permanência do Coaf na Justiça. "Nós conversamos, dialogamos, tentamos explicar. Aparentemente, não fomos bem-sucedidos", disse o ministro. Nem mesmo concessões feitas pelo Planalto para conseguir aprovar a MP, como a criação dos ministérios de Cidades e Integração Nacional, acalmaram o Centrão. À noite, o porta-voz da Presidência, general Rêgo Barros, anunciou que o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, será mantido na equipe, agora na Integração, caso a MP passe pelo Congresso.

JUSTIÇA

TSE arquiva investigação de crime eleitoral contra Haddad

FELIPE PONTES
Agência Brasil, Brasília

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem, por unanimidade, arquivar uma ação de investigação judicial eleitoral (Aije) contra o ex-candidato à Presidência da República pelo PT, Fernando Haddad.

A abertura da ação havia sido protocolada em 2018 pelo então candidato a deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP).

Ele apontou a suspeita de prática de caixa 2 por Haddad, que não teria declarado o gasto de R\$ 1,2 milhão na contratação de uma empresa de pesquisas.

O relator do caso no TSE, ministro Jorge Mussi, constatou que o gasto foi de fato declarado. Ele destacou que a área técnica do tribunal "esclareceu que o investigador [Haddad] registrou duas despesas em nome da empresa Vox do Brasil Pesquisa, pagas via TED na conta do Banco do Brasil, totalizando R\$ 1.202.006".

Ele atendeu o pedido do Ministério Público Eleitoral (MPRE), que havia opinado pelo arquivamento da ação. Todos os demais ministros da Corte seguiram o voto do relator.

"O objetivo aqui, desculpa a expressão, era bater clara de ovo", afirmou o advogado Eugênio Aragão, que representa a campanha de Haddad.

PREVIDÊNCIA

Ramos: BPC, professores e rural caem na Comissão

IDIANA TOMAZELLI
Estádio Conteúdo, Brasília

O presidente da Comissão Especial da reforma da Previdência, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), avaliou ontem que três temas já estão "praticamente fora" da proposta: as mudanças na aposentadoria rural, a alteração no benefício assistencial para idosos (BPC) e as novas regras para professores. Em todos os casos, partidos fecharam questão contra as propostas do governo. "Eu vejo uma capacidade (do governo) de articulação para aprovar uma reforma com impacto fiscal importante, mas não vejo o governo com capacidade de reverter posições já tomadas por partidos", afirmou.

O partido do presidente da comissão, o PR, fechou questão contra a mudança nas regras atuais de aposentadoria dos professores. O governo pretende exigir 60 anos de idade e 30 anos de contribuição. "Sobre professores, PR e MDB fecharam questão. Governo não vai ter folga de 60 votos. Quando saem dois partidos desse ta-

Segundo o presidente da Comissão Especial da reforma, partidos já fecharam questão sobre os três itens

manho, quem vai ficar para defender?", alertou.

Outros pontos são "sensíveis", segundo o presidente, e devem ser alvo de intenso debate, como a desconstitucionalização de regras da Previdência, a capitalização (segundo a qual o trabalhador contribuirá para uma conta individual de aposentadoria) e a inclusão de Estados e municípios.

Segundo Ramos, o governo deve ter margem de manobra em pontos que ainda não foram alvo de nenhum partido, como regra de transição. On-



Deputado Marcelo Ramos preside a Comissão Especial

de já há fechamento de questão, porém, só "algo muito extraordinário" para reverter.

O presidente da comissão disse ainda que a proposta de restrição do abono para quem ganha até um salário mínimo "vai ser uma queda de braço" no Congresso. A proposta tem impacto significativo na reforma, com economia de R\$ 169,4 bilhões em dez anos.

Expectativa

A equipe econômica continua trabalhando com a expectativa de aprovar a refor-

ma ainda no primeiro semestre de 2019. Para o secretário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, se o relatório sobre a PEC da reforma for votado em junho na Comissão Especial, que analisa a matéria, é possível cumprir esse prazo.

"Se o relatório for votado em junho, há condições de se resolver na Câmara no primeiro semestre", afirmou Marinho, o 31.º Fórum Nacional, organizado pelo economista Raul Velloso, no Rio.

DIVERSIDADE

União é acusada de censura a propaganda do BB

GABRIEL WAINER
Estádio Conteúdo, São Paulo

O Ministério Público Federal (MPF) do Rio Grande do Sul ajuizou ação civil pública contra a União por "ilegal veto (censura) imposto à peça publicitária do Banco do Brasil denominada 'Selfie', estreada por atores e atrizes em sua maioria negros (mas também outros brancos), tatuados, com cabelos coloridos e uma personagem transsexual, que visava trabalhar diversidade racial e de orientação sexual e de identidade de gênero brasileira".

A ação pede à Justiça que a exibição da propaganda seja retomada, conforme contratação original da mídia, e que a União pague, por dano moral coletivo, indenização de R\$ 51 milhões, o equivalente a três vezes o custo do anúncio e sua veiculação. O "montante deverá ser aplicado em campanha de conscientização de enfrentamento ao racismo e à homofobia", diz a ação assinada pelo procurador da República Enrico Rodrigues de Freitas.

O MPF do Rio Grande do

Sul alega que a proibição da propaganda viola a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), que proíbe a redução ou a supressão da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou da autonomia inerente a sua natureza, bem como a interferência do supervisor em sua administração e funcionamento, devendo a supervisão ser exercida nos limites da legislação aplicável.

Constituição

A ação também acusa a União de "ofender a Constituição da República, que veda o preconceito com base em raça e com base no sexo do indivíduo (art. 3.º, inciso IV), o que inclui o preconceito denominado de LGBTQfobia, bem como qualquer discriminação atenta aos direitos e liberdades fundamentais

De acordo com o documento, o Executivo Federal, não satisfeito com o veto à propaganda, buscou passar a controlar toda a publicidade das estatais, posteriormente recuando "em face da ilegalidade evidente".

SECLUT GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - SECLUT - PE - 011/2019
Pregão Eletrônico nº 011/2019. Abertura: 24/05/2019 - 11h30 min. (horário de Brasília). Órgão Interessado: SECLUT. Local: site www.licitacoes-e.com.br. Objeto: Aquisição de plataformas portuárias e guarda corpos - FAMILIAS: 58.35 e 56.60 - Será exigido patrimônio de 10%. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos, gratuitamente, à Praça Thomé de Souza, S/N, Palácio Rio Branco, Centro, Salvador-Bahia, telefones (71) 3103 3430, das 08h:30min. às 17h:30min, pela Internet: www.comprasnet.br ou e-mail: www.licitacoes-e.com.br/Salvador, 09 de maio de 2019 - Adalberto Pessoti - Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO - SECLUT - PE - 012/2019
Pregão Eletrônico nº 012/2019. Abertura: 27/05/2019 09h:30min. (horário de Brasília). Órgão Interessado: SECLUT. Local: site www.licitacoes-e.com.br. Objeto: Equipamentos de sonorização - FAMILIAS: 58.30, 58.35 e 71.30 - Será exigido patrimônio de 10%. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos, gratuitamente, à Praça Thomé de Souza, S/N, Palácio Rio Branco, Centro, Salvador-Bahia, telefones (71) 3103 3430, das 08h:30min. às 17h:30min, pela Internet: www.comprasnet.br ou e-mail: www.licitacoes-e.com.br/Salvador, 09 de maio de 2019 - Adalberto Pessoti - Pregoeiro Oficial

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JEQUÉ - IPREJ

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019. Objeto: serviços de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro para os investimentos do IPREJ. Dia 18/06/19 às 10h. Edital: na sede, Rua da Itália, 33, de 9 às 12h, tel. 73525992, ou e-mail iprejequ@iprejequ.com.br. Jequé/BA, 09/05/19. Rosemary Sales da Silva. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

PREGÃO PRESENCIAL 012/2019. A PMCG, torna público que realizará Pregão Presencial nº 012/2019 no dia 22 de maio de 2019 às 09h e 30 minutos, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO - BAHIA, na forma do Anexo 01 e Termo de Referência do Edital. O edital está à disposição no site: <http://www.licitacoes-e.com.br/comprasnet>. Capim Grosso - BA, 08 de maio de 2019. CAROLINE LIMA DA FONSECA - Pregoeira Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 8006/2019. A PMCG - Bahia, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIM GROSSO - FUNSAÚDE, torna público que realizará Pregão Presencial nº 8006/2019 no dia 23 de maio de 2019 às 09h30 horas, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAS DE PENSIO, INJEVETAVES, MATERIAS ODONTOLÓGICOS E INSTRUMENTAIS PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPIM GROSSO/BAHIA - (LOTES FRACASSADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2801/2019) na forma do Anexo 01 e Termo de Referência do Edital. O edital está à disposição no site: <http://www.licitacoes-e.com.br/comprasnet>. Capim Grosso - BA, 08 de maio de 2019. CAROLINE LIMA DA FONSECA - Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019. Sessão - dia 23/05/2019 às 14:00 horas, na Sala de Comissão, na Praça da Bandeira, nº 55, Centro. Objeto: Seleção das melhores propostas para Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para aquisição de medicamentos e insumos para pacientes insulino-dependentes, em atendimento às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Campo Formoso-Bahia. Informações com a Comissão Permanente de Licitação, das 09h às 12:00 no site: tel. (41) 3643-1523. Elber Araújo dos Santos- Pregoeiro. Publique-se.

SECLUT GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PE - 010/2019
Pregão Eletrônico nº 010/2019. Abertura: 24/05/2019 09h:30min. (horário de Brasília). Órgão Interessado: SECLUT. Local: site www.licitacoes-e.com.br. Objeto: Serviço de locação de equipamentos para realização do projeto "Festival Cine Futuro e Seminário Interamericano de Cinema Audiovisual" - FAMILIA: 01.29 - Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos, gratuitamente, à Praça Thomé de Souza, S/N, Palácio Rio Branco, Centro, Salvador-Bahia, telefones (71) 3103 3430, das 08h:30min. às 17h:30min, pela Internet: www.licitacoes-e.com.br/Salvador, 08 de maio de 2019 - Ana Rita Ferreira da Silva - Pregoeira Oficial